

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

Espinho
Praceta Canto do Pescador e Equipamento de Apoio ao Surf
21 de Fevereiro de 2023

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Memória Descritiva.....	4
2.1 Princípios Gerais	4
2.2 Gestão da informação	4
2.3 Política de Segurança.....	5
2.4. Comunicação prévia.....	5
2.6 Seguros de Acidentes de Trabalho	6
2.7 Índices de Sinistralidade.....	6
2.8 Compilação técnica	6
2.9 Enquadramento Legal.....	6
3. Intervenientes	7
3.1 Identificação da Obra.....	7
3.2 Identificação da Entidade Executante	7
3.3 Responsáveis no Estaleiro:.....	7
3.4 Subempreiteiros:	7
3.5 Condicionantes à Seleção de Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes.....	7
4. Caracterização da Obra	7
4.1 Características Gerais da Obra.....	7
4.2 Cronograma Detalhado dos Trabalhos.....	8
4.3 Condicionamentos da Obra.....	8
4.4 Métodos Construtivos	9
4.5 Execução dos Trabalhos	9
4.6 Identificação de Riscos	10
5. Atividades de Estaleiro	12
5.1 Projeto de Estaleiro	12
5.3 Requisitos de Entrada de Equipamentos no Estaleiro	15
5.4 Redes Técnicas Provisórias	15
5.5 Plano de Visitantes.....	15
5.6 Atividades da Obra.....	15
5.7 Atividades dos Trabalhadores	16
6. Atuação e registo em caso de acidente.....	18
7. Plano de Emergência.....	18

8. Estruturas e ações de segurança na obra	18
8.1 Organograma de Segurança na Obra	18
8.2 Organograma Funcional da Obra	18
8.3 Competência dos intervenientes	19
8.4 Comissão de Segurança da Obra (caso exista)	20
8.5 Serviços de Prevenção e Segurança	21
8.6 Registos/Atuação de não conformidades	21
8.8 Cooperação entre intervenientes	21
8.9 Informação entre intervenientes	22
8.10 Diretivas da Coordenação de Segurança em Obra	22
9. Desenvolvimento e Especificação do PSS	22
9.1 Normas de Segurança e de Trabalho	23
9.2 Vitrina de Segurança	25
Anexo I – Fichas de segurança	32
Anexo II - Comunicação Prévia de Início de Trabalhos	40
Anexo III - Ficha de desenvolvimento do PSS	41
Anexo IV - Registo de acidentes de Trabalho	42
Anexo V – Seguros de acidentes de trabalho e outros	43
Anexo VI – Registo dos trabalhadores afetos à obra	44
Anexo VII – Registo de subempreiteiros e trabalhadores independentes	45
Anexo VIII – Plano de Proteções Individuais	46
Anexo IX – Plano de Registo de Acidentes	47
Anexo X – Documentos	49

1. Introdução

O presente documento e anexos referem-se ao Plano de Segurança e Saúde no Trabalho a implementar no estaleiro da obra relativo às obras de alteração e construção da Praceta Canto do Pescador e Equipamento de Apoio ao Surf, localizada em Espinho, cujo Pedido de Licenciamento, foi requerido, pela Câmara Municipal de Espinho.

2. Memória Descritiva

2.1 Princípios Gerais

O Plano de Segurança e Saúde (PSS) tem como objetivo descrever as linhas mestras estabelecidas para a gestão da Segurança e Saúde dos trabalhos existentes em obra, de acordo com a especificidade da mesma de forma a garantir as condições de segurança e saúde exigidas na execução dos trabalhos, aumentando a eficiência da produção.

Não se tratando de uma obra alvo de licenciamento, alguns dos intervenientes abaixo não serão necessários, mas serão tomados como exemplo para por exemplo linhas de comunicação e aprovação de documentos.

As regras e conceitos expressos neste PSS devem ser sempre considerados como requisitos mínimos exigidos em questões de Segurança, tendo em conta a legislação vigente, e nunca deverão substituir regras e conceitos mais exigentes.

O PSS é o documento que reúne todas as informações e indicações relevantes a matéria de segurança e saúde que se mostrem necessárias para reduzir o risco de acidentes de trabalho e para a proteção da saúde dos trabalhadores durante a fase de construção.

Em conformidade com o descrito no Art.º 11º do D.L. nº 273/2003 de 29 de outubro, a Entidade Executante (EE) deverá desenvolver e especificar o presente PSS de acordo com os critérios mínimos aí descritos.

O documento acima referido, o Desenvolvimento e Especificação do PSS, deverá ser submetido à Validação Técnica da Coordenação de Segurança (CSO) e à Aprovação do Dono de Obra (DO).

Somente após a aprovação formal (por escrito) do DO, poderá a EE iniciar os trabalhos constantes do desenvolvimento prático, incluindo a implantação do estaleiro.

A EE deverá assegurar que todas as atividades a desenvolver na obra serão planeadas antes do início dos trabalhos, assegurando que não existam riscos acrescidos devido a existência de trabalhos em simultâneo ou incompatíveis.

A EE deverá dar a conhecer o PSS aos seus subempreiteiros e trabalhadores independentes ou pelo menos a parte que os mesmos necessitam conhecer por razões de prevenção, assim como deverá assegurar o cumprimento do mesmo por parte dos subempreiteiros e trabalhadores independentes.

A EE, Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes ficam obrigados a respeitar todas as diretivas de segurança provenientes da CSO, não podendo apresentar quaisquer custos adicionais, por uma paragem de trabalhos provocada por falta de condições de segurança.

A EE, Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes ficam obrigados a permitir total liberdade de fiscalização por parte da CSO, Fiscalização e DO.

2.2 Gestão da informação

Deverá ser estabelecido, previamente ao início dos trabalhos no estaleiro, o processo de circulação de informação, em matéria de segurança e saúde, entre o DO e EE.

Obrigatoriamente o DO deverá receber sempre uma cópia de todos os documentos elaborados.

Nas reuniões de segurança participará o DO e EE, sendo a ata assinada por todos os presentes e enviada ao DO.

A EE manterá em sua posse o PSS da Obra devidamente atualizado e permitirá a sua consulta e/ou vistoria sempre que tal for solicitado pelo DO.

A EE terá de entregar ao DO para sua análise e validação, a metodologia que pretende para a gestão da comunicação entre os vários intervenientes no estaleiro em matéria de prevenção dos riscos profissionais, identificando os meios para assegurar a cooperação entre todos os intervenientes e os sistemas de informação.

A EE deverá colocar no estaleiro, em local acessível e visível, uma vitrina de segurança onde constarão vários documentos de relevância em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

2.3 Política de Segurança

A obrigação legal de garantir adequadas condições de higiene e segurança aos trabalhadores, bem como o reconhecimento da importância da segurança na produção, constituem por si só, as razões necessárias para a definição de uma Política de Segurança específicas da obra.

A Política de Segurança da obra deve ter presente os seguintes reconhecimentos:

- Reconhecimento da segurança por todos os intervenientes como elemento fundamental para a execução da obra;
- Obrigatoriedade de cumprimento por todos os intervenientes da legislação em vigor em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho, em especial o Decreto-Lei 273/2003;
- Obrigatoriedade de afetação dos intervenientes responsáveis de todos os recursos necessários à implementação da Política de Segurança;
- Obrigatoriedade dos responsáveis de todas as entidades envolvidas de incentivarem em obra, a zelarem pela segurança de todos os afetados pelos trabalhos e comunicarem todas as situações de insegurança que detetem;
- Obrigatoriedade dos responsáveis das entidades envolvidas de incentivarem todos os intervenientes em obra a implementarem as medidas de segurança propostas neste documento e de contribuírem para a sua evolução e melhoria contínua;
- Obrigatoriedade de promoção por todos os intervenientes responsáveis que garantam que a Política de Segurança da obra seja compreendida e implementada por todos os intervenientes em obra.
- Com base nesses reconhecimentos o Diretor Técnico da Empreitada deverá definir a Política de Segurança da obra, o documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa Adjudicatária.
- A Política de Segurança fará parte integrante do Desenvolvimento e Especificação do PSS e deverá ser devidamente assinada pelo Diretor Técnico da Empreitada (obra pública) sendo afixada pela EE uma cópia na vitrina de segurança da obra.

2.4. Comunicação prévia

De acordo com o Art.º 15º do Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro, deve o DO comunicar previamente a abertura do estaleiro à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

Para que tal seja possível, a EE deverá fornecer os elementos constantes no nº 2 do referido Artigo do mesmo diploma ao DO.

A Comunicação Prévia, deve ser acompanhada das declarações referidas no nº 3 do Artigo 15º do mesmo diploma, que são: Autor ou Autores de Projeto, identificando a obra; (Caso existam); Coordenador de Segurança em Projeto, identificando a obra; (Caso existam); EE, identificando o estaleiro e as datas previstas para o início e termo dos trabalhos; CSO, identificando o estaleiro e as datas previstas para o início e termo dos trabalhos; (Caso existam); Fiscal ou Fiscalização, identificando o estaleiro e as datas previstas para o início e termo dos trabalhos; (Caso existam); Diretor Técnico da Empreitada, identificando o estaleiro e as datas previstas para o início e termo dos trabalhos; (Caso existam); Representante da EE, identificando o estaleiro e as datas previstas para o início e termo dos trabalhos (para obras públicas).

Qualquer alteração aos elementos da comunicação deve ser enviada, por escrito, ao DO. O DO, por sua vez comunicará as alterações à ACT.

As atualizações a efetuar à ACT serão comunicadas, por escrito ao DO, com cinco dias antes da sua efetivação.

A EE comunicará mensalmente por escrito ao DO, a atualização da identificação dos subempreiteiros em obra (alínea j) do Art.º 15º do D.L. 273/2003). (caso existam)

A EE afixará cópia da comunicação e suas atualizações na vitrina de segurança da obra.

2.5 Horário de trabalho

A EE deverá, antes do início dos trabalhos, submeter a aprovação do DO o Horário de Trabalho pretendido para a obra.

A EE deverá manter no estaleiro, em local visível (na Vitrine de Segurança), durante todo o período de execução da obra, o seu Horário de Trabalho em vigor devidamente comunicado/aprovado pela ACT, bem como, o dos seus subempreiteiros e trabalhadores independentes.

A EE garantirá e tomará as medidas necessárias para o cumprimento dos Horários de Trabalho, impedindo a realização de trabalhos fora dos referidos trabalhos.

2.6 Seguros de Acidentes de Trabalho

A EE compromete-se a manter todos os seus trabalhadores abrangidos por Seguro de Acidentes de Trabalho.

É da responsabilidade da EE verificar e assegurar que todos os trabalhadores, incluindo os dos seus subempreiteiros, fornecedores e trabalhadores independentes, se encontram seguros contra acidentes de trabalho.

Não será permitida, em caso algum, a entrada e permanência no estaleiro de pessoas não cobertas por seguro.

Antes de iniciar os trabalhos, a EE comprovará ao DO a existência, a adequabilidade e a validade dos seguros exigidos legal e contratualmente.

A EE deverá arquivar em obra cópia do Registo de Apólices de Seguros de Acidentes de Trabalho, as cópias das apólices e comprovativos de pagamento atualizados, e caso se trate de apólice sem nomes, também cópia das folhas de vencimento entregues à segurança social onde constam os nomes dos trabalhadores ao serviço nesta empreitada.

2.7 Índices de Sinistralidade

Mensalmente, até o dia cinco de cada mês, a EE deverá calcular os índices de sinistralidade da obra e apresentar os mapas e gráficos correspondentes ao DO. (caso seja solicitado pelo DO)

A EE afixará na vitrina de segurança da obra cópia atualizada dos mapas e gráficos dos índices de sinistralidade.

2.8 Compilação técnica

A EE deverá fornecer ao DO, os elementos relevantes para o desenvolvimento / adaptação da Compilação Técnica da Obra de acordo com o referido no Artigo 16º do Decreto-Lei 273/2003, de 29 de outubro.

2.9 Enquadramento Legal

O presente PSS não substitui a nenhum dos preceitos contidos no quadro da legislação vigente.

Este PSS foi elaborado de forma a dar cumprimento ao Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro e deve ser compreendido como as condições mínimas de segurança para a obra.

A EE deverá possuir no estaleiro um dossier devidamente identificado, que contenha, de forma organizada uma compilação da Regulamentação Aplicável à obra, e que possa ser consultado sempre que necessário.

3. Intervenientes

3.1 Identificação da Obra

Dono de obra – Câmara Municipal de Espinho

Nome da Obra – Praceta Canto do Pescador e Equipamento de Apoio ao Surf

Tipo de Obra – Alteração e Construção de Praceta Canto do Pescador e Equipamento de Apoio ao Surf

Utilização da Obra – Publica

Data de Início dos Trabalhos no Estaleiro – a definir

Data de Termo dos Trabalhos no Estaleiro – a definir

Subempreiteiros Selecionados - a definir

3.2 Identificação da Entidade Executante

Entidade Executante – a definir

Diretor Técnico da Empreitada – a definir

3.3 Responsáveis no Estaleiro:

Representante em Obra da Entidade Executante – a definir

Encarregado Geral – a definir

3.4 Subempreiteiros:

Empresa Subempreitada	Responsável pela Segurança e Saúde	Contacto
A definir	A definir	A definir

3.5 Condicionantes à Seleção de Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes

A EE deverá obrigatoriamente incluir no seu Desenvolvimento e Especificação do PSS os parâmetros e as condicionantes à seleção de subempreiteiros e trabalhadores independentes.

Atendendo ao n.º 4 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 133/99 de 21 de abril bem como ao Art.º 21º do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, o controlo de todos os subempreiteiros e sucessiva cadeia de subcontratação compete à EE, devendo para tal registar e manter permanentemente atualizado esse controlo, em obra.

4. Caracterização da Obra

4.1 Características Gerais da Obra

edifício em altura, com necessidade de ocupação de passeios para a realizar trabalhos de revestimento de fachadas e impermeabilizações.

Na generalidade é uma obra cujas especialidades se interligam num esforço conjunto, com o seguinte objetivo:

Construir com qualidade de acordo com as normas e legislação vigente, em segurança.

4.2 Cronograma Detalhado dos Trabalhos

Durante os períodos de maior concentração de trabalhos, o risco de ocorrência de acidentes de trabalho é mais elevado.

O Cronograma Detalhado dos Trabalhos deve ser elaborado pela EE, para que se possa prever e evitar a realização simultânea de trabalhos que se considerem incompatíveis ou que a sua execução simultânea gere riscos acrescidos aos que estão associados à sua execução em separado.

O Cronograma Detalhado dos Trabalhos deverá ser entregue ao DO para sua apreciação. Os trabalhos só poderão ser iniciados após a validação do DO.

O Cronograma Detalhado dos Trabalhos deve ser alterado/ajustado sempre que as questões de segurança e saúde o justifiquem.

O DO poderá solicitar à EE a alteração do Cronograma Detalhado dos Trabalhos, sempre que julgue necessário e imprescindível para a segurança e saúde dos intervenientes da obra.

Caso o DO detete trabalhos a decorrerem que não estejam previstos no Cronograma Detalhado dos Trabalhos, os mesmos serão suspensos até que a revisão do Cronograma seja efetuado, devidamente validado pela CSO e aprovado pela Fiscalização.

A EE incluirá no seu Desenvolvimento e Especificação do PSS cópias atualizadas dos cronogramas.

4.3 Condicionalismos da Obra

A EE deverá executar um levantamento dos condicionalismos existentes no local.

Este levantamento compreenderá o registo de todos os elementos que possam interferir com os trabalhos e estaleiros de apoio à obra, nomeadamente:

- Rede de Telefones;
- Rede de Gás;
- Rede Elétrica Enterrada e Aérea;
- Rede de Esgotos Pluviais e Residenciais;
- Condicionantes de acesso à Obra;
- Reduzida Dimensão da Zona de Estaleiro;
- Existência na periferia de zonas de habitações;
- Existência de Outras Construções nas Zonas Periféricas e Próximas à Obra.

A EE terá de obrigatoriamente informar o DO caso detete condicionalismos que não foram previstos e identificados na fase de projeto. Neste caso a EE deverá elaborar a uma “Identificação e Avaliação de Riscos” (ver ponto 4.3.5). Somente após a análise e validação da CSO e aprovação do DO os trabalhos poderão iniciar.

Caso durante a execução de trabalhos a EE identifique condicionalismos não previstos deverá:

Suspender de imediato os trabalhos;

- Informar o DO dos condicionalismos detetados;
- Elaborar a Identificação e Avaliação de Riscos;
- Retomar os trabalhos somente após validação e aprovação da Identificação e Avaliação de Riscos.

Se o DO identificarem trabalhos a decorrerem com condicionalismos não identificados na fase de projeto e que não tenham sido alvo da Identificação e Avaliação acima referida, serão suspensos de imediato.

4.4 Métodos Construtivos

Para que o PSS da Obra possa prever todas as especificações relativas à obra, o conhecimento dos métodos Construtivos a adotar pelos vários intervenientes durante a execução da obra são fundamentais.

Assim sendo, a EE antes da realização de qualquer trabalho, terá que elaborar e entregar ao DO, a documentação relativa aos Métodos Construtivos a aplicar na obra, que deverá conter informação dos pormenores mais significativos, tais como os processos construtivos e/ou métodos de trabalho que vai utilizar, os riscos associados e as medidas preventivas que prevê implementar, especialmente os métodos não tradicionais.

A EE fica obrigada a entregar os Métodos Construtivos que o DO julgue necessários.

A EE incluirá no seu Desenvolvimento e Especificação do PSS cópias atualizadas desta documentação.

4.5 Execução dos Trabalhos

4.5.1 Fases de Execução

As fases de obra serão apresentadas em anexo, numa fase posterior, juntamente com o cronograma detalhado de trabalhos.

4.5.2 Cronograma de Mão-de-obra

Em conjunto com o Plano de Trabalhos, a Entidade de Executante apresentará o Cronograma de Mão-de-obra que indique por semana os valores previstos das cargas de mão-de-obra expressas em Homens e Homens x Horas, assim como os valores acumulados.

Caso o DO julgue necessário, poderá solicitar à EE a elaboração de cargas de mão-de-obra por categorias profissionais ou por frentes de trabalho, devendo estes ser apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a solicitação.

O planeamento dos trabalhos deve ser feito evitando, tanto quanto possível, grandes variações nas cargas de mão-de-obra. Os períodos a que correspondam maiores afetações de mão-de-obra devem ser objeto de análise e de um maior controlo de forma a garantir condições adequadas de segurança no trabalho.

A EE deverá manter em obra cópias atualizadas do cronograma de mão-de-obra.

Para além dos planos e cronogramas de mão-de-obra, a EE registará e apresentará caso solicitado ao DO mensalmente até ao último dia útil da semana seguinte, de modo equivalente e sobre aqueles planos e cronogramas, as cargas de mão-de-obra (Pessoas e Pessoas x hora) verificados nos meses anteriores.

4.5.3 Cronograma de Equipamentos

Igualmente deverá a EE elaborar o Cronograma de Equipamentos existentes e previstos para a obra.

O DO julgue necessário, poderá solicitar à EE a elaboração do Cronograma de Equipamentos por frentes de trabalho, devendo estes ser apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a solicitação.

A EE deverá manter em obra cópias atualizadas do cronograma de equipamentos.

4.6 Identificação de Riscos

4.6.1 Riscos e Medidas de Prevenção

Tendo em conta o cronograma de trabalhos, serão incluídas no PSS as Fichas de Segurança para as atividades previstas na fase de projeto e disponíveis na altura da realização deste PSS.

Cabe à EE complementar o PSS, incluindo no seu Desenvolvimento e Especificação do PSS, os Riscos e Medidas de Prevenção associados aos trabalhos não previstos.

4.6.2 Trabalhos com Riscos Especiais

Encontra-se no quadro abaixo uma lista dos Trabalhos com Riscos Especiais detetados na fase de projeto e até a data de realização deste PSS, conforme o especificado no Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro.

Lista Não Exaustiva dos Trabalhos Com Risco Especiais				
Trabalhos	Riscos Associados	Avaliação		
		B	M	A
Trabalhos em Andaimos	Queda em Altura		X	
Trabalhos em Vãos/Courettes	Queda em Altura		X	
Trabalhos em Plataformas	Queda em Altura		X	

B= Baixo, **M**= Médio, **A**= Alto

Os trabalhos descritos na lista acima descrita envolvem riscos especiais, cujos riscos exigem uma avaliação metódica, a fim de se adotarem as medidas de prevenção adequadas.

Para estes trabalhos e para todos os outros que a EE e DO a identificar, a EE definirá, atendendo aos processos construtivos e métodos de trabalho, as medidas de prevenção e de proteção adequadas, no sentido de garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, mediante realização da Identificação e Avaliação de Riscos.

Após a análise e aprovação do DO, a Identificação e Avaliação de Riscos passará a ser parte integrante do PSS da Obra.

4.6.3 Materiais/Substâncias Perigosas

Existem igualmente em obra materiais/substâncias, cujo manuseamento apresentam riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Apresenta-se em seguida uma lista dos materiais previstos na fase de projeto e disponíveis na altura da realização deste PSS.

Lista Não Exaustiva dos Materiais Com Riscos Especiais				
Trabalhos	Riscos Associados	Avaliação		
		B	M	A
Cimento	Dermatose		X	
	Pneumose			
Resinas epoxilinas	Dermatose		X	
	Pneumose			

B = Baixo, **M** = Médio, **A** = Alto

Para os materiais/substâncias acima referidos e todos os outros identificados pela EE e DO, a EE definirá, tendo em conta às características dos materiais e aos processos de manuseamento e acondicionamento, as medidas preventivas adequadas para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores e intervenientes na obra.

A EE terá em atenção e cumprirá o estipulado nos rótulos dos produtos, bem como nas fichas de segurança dos mesmos, fichas essas que a EE deverá solicitar ao fabricante/fornecedor antes da receção dos materiais/substâncias no estaleiro.

A EE deverá cumprir as condições de segurança legalmente exigidas, aquando do acondicionamento e utilização de produtos perigosos de utilização indireta, tais como os combustíveis.

Terá a EE particular cuidado com o transvaze de materiais para recipientes de forma a garantir a sua identificação de forma idêntica à da embalagem original.

4.6.4 Fichas de Segurança

Serão incluídas neste PSS, as Fichas de Segurança inerentes aos diversos tipos de atividades/operações, de forma a serem definidas as respetivas medidas preventivas, para os trabalhos que foram definidos e identificados na fase de projeto e até à data de realização deste PSS.

A EE deverá ter em conta as normas e regras de segurança presentes nas fichas de segurança, como as medidas mínimas para a prevenção de segurança e saúde no estaleiro.

A presença das fichas não exonera a EE na sua obrigação de avaliar os riscos associados à execução da obra e definir as medidas de prevenção adequadas, conforme previsto na alínea a) do Art.º 20º do Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro.

4.6.5 Identificação e Avaliação de Riscos

Poderá dar-se o caso da execução de um trabalho em obra não previsto, para esses casos e sempre que o DO considere necessário, a EE, terá de efetuar a Identificação e Avaliação de Riscos.

Após análise e posterior validação técnica e aprovação por parte do DO, da Avaliação de Riscos, os trabalhos poderão ter início e a avaliação fará parte integrante do PSS.

Todas as avaliações, planeamentos, procedimentos de segurança serão entregues caso solicitado ao DO com um mínimo de 5 dias úteis antes da realização dos trabalhos, para que esta os possa analisar, validar e submeter a aprovação.

Nenhum trabalho está autorizado a iniciar sem a validação e aprovação acima referidas.

4.6.6. Identificação de Situações Suscetíveis de Causar Risco

As situações suscetíveis de causar risco são as seguintes:

- Trabalhos de escavação
- Trabalhos nas plataformas e andaimes a serem montados no interior do edifício e a serem montados no exterior do edifício, para que sejam realizados os trabalhos diversos. A plataforma/andaime deverá ser montada de acordo com a Ficha de Segurança. Deverá ser alvo de Identificação e Avaliação de Riscos por parte da EE, no desenvolvimento e especificação do PSS, bem como de entrega de toda a documentação requerida pelo CSO, antes da sua montagem.

Os trabalhos acima referidos só poderão ser iniciados após validação e aprovação por parte do DO, respetivamente.

5. Atividades de Estaleiro

5.1 Projeto de Estaleiro

O projeto de Estaleiro constitui um elemento fundamental do Desenvolvimento Prático do PSS, estabelecendo-se nele todos os procedimentos e regras relativas à implementação das instalações de apoio à execução dos trabalhos, dos equipamentos de apoio, de eventuais infraestruturas provisórias e de outros elementos que as características e os métodos construtivos a utilizar na execução do trabalho determinem.

A implantação do Estaleiro apenas se poderá iniciar após a aprovação formal do DO do Desenvolvimento Prático do PSS, art.º13 do Dec. Lei n.º 273/2003.

O Projeto de Estaleiro, que deverá estar em consonância com o DL n.º 46427 de 1965, incluirá uma Memória Descritiva e Peças Desenhadas à escala necessária à identificação dos seguintes aspetos:

- Acesso à obra e às várias frentes de trabalho, acessos alternativos para o público, sinalização de obra e rodoviária existente ou a instalar durante as várias fases (apresentar as várias fases, se necessário);
- Drenagens e linhas de água existentes e a instalar provisoriamente;
- Delimitação do estaleiro;
- Zona de estacionamento e manuseamento de matérias;
- Localização dos depósitos de materiais de escavação e aterro;
- Equipamentos do estaleiro de apoio, nomeadamente escritórios, instalações sociais, estaleiro do ferro e cofragens;

- Redes de utilidades do estaleiro, se aplicável;

O Projeto do Estaleiro será elaborado pela EE, atendendo ao previsto no Projeto e no Caderno de Encargos e deverá ser apresentado para aprovação do DO. Tratando-se de uma obra específica este não será entregue, mas será discutido e aprovado com o DO.

Entende-se por estaleiro, os locais onde se efetuem os trabalhos incluídos na empreitada, bem como os locais onde se desenvolvem atividades de apoio direto àqueles trabalhos.

Sem prejuízo da regulamentação aplicável, todas as áreas do estaleiro têm de cumprir as regras indicadas no PSS.

O projeto de estaleiro deverá identificar e definir objetivamente através de peças escritas e desenhadas, a implantação e características das instalações de apoio à execução dos trabalhos, dos equipamentos de apoio fixos, das infraestruturas provisórias e de todos os outros elementos que as características dos trabalhos, os processos construtivos e métodos de trabalho a utilizar determinem.

Devem ser identificados e definidos todos os elementos necessários a instalar, planejar a sua organização e arrumação de forma a reduzir ao mínimo os percursos internos e otimizar a operacionalidade.

Sem prejuízo do regulamento o Projeto de Estaleiro deverá respeitar, quando aplicáveis aspetos a seguir referidos:

Vedações

É obrigação da EE tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas. O Projeto de Estaleiro identificará a implantação das vedações e as respetivas características, tendo em conta que deverão impedir fisicamente a entrada de pessoas não autorizadas.

Sem prejuízo da legislação aplicável sempre que o estaleiro se situe numa zona de circulação de transeuntes, as vedações devem ter pelo menos dois metros de altura.

Os materiais e equipamentos utilizados na execução da obra, assim como os entulhos, situar-se-ão obrigatoriamente no interior dos tapumes. Os entulhos deverão ser removidos periodicamente por forma a assegurar um adequado estado de limpeza do estaleiro.

Os portões de acesso ao estaleiro deverão obrigatoriamente conter a sinalização de segurança de acordo com o Plano de Acesso, Circulação, e Sinalização. Sempre que estiverem abertos deverá existir no local, guarda que proceda ao controlo das entradas, por forma a assegurar que o acesso ao estaleiro seja reservado apenas a pessoa autorizadas.

Instalações Sanitárias

O estaleiro disporá de instalações sanitárias adequadas e devidamente resguardadas das vistas. Deverão ser previstas instalações sanitárias em número suficiente para que a distância entre o local de trabalho e a instalação seja mínima possível.

As instalações sanitárias a instalar no Estaleiro da obra respeitarão as seguintes condições:

- Pé direito mínimo 2,60 m
- Lavatórios 1 por cada 5 trabalhadores
- Chuveiros 1 por cada 20 trabalhadores
- Urinóis 1 por cada 25 trabalhadores
- Retretes 1 unidade por cada 15 trabalhadores

- Altura mínima das divisórias entre chuveiros e entre retretes 1,70 m

Ferramentaria

As ferramentas e equipamentos de pequena dimensão devem ser guardados diariamente em zonas destinadas para o efeito as quais terão de ser fechadas.

Armazéns de Materiais

Todos os materiais e equipamentos de pequena dimensão e/ou que possam deteriorar-se ao ar livre devem ser adequadamente organizados e arrumados em zona de armazenamento fechadas.

Rede Provisória de água

A EE deverá elaborar o projeto de rede de água potável e respetivos pontos de abastecimento e válvulas de seccionamento. O abastecimento se for feito a partir de rede pública será objeto de pedido junto das entidades competentes, após aprovação prévia da Fiscalização e da CSO. (caso aplicável)

A EE tem de garantir que em todas as frentes de trabalho em laboração existe água potável em quantidade suficiente à disponibilidade dos trabalhadores.

A EE deverá elaborar o projeto do sistema de rede de águas residuais no qual deve identificar os destinos a dar às mesmas, ser submetido à apreciação da Fiscalização e de CSO, e, se necessário, obter a aprovação das entidades competentes. (caso aplicável)

Rede Provisória de Eletricidade

As instalações elétricas serão objeto de projeto específico que terá que ser submetido à apreciação prévia da Fiscalização e CSO e à aprovação das entidades competentes. (caso aplicável)

Vitrina de Segurança

No estaleiro será obrigatoriamente colocada pelo menos uma vitrine, em local bem visível e acessível a todos os trabalhadores, destinada a afixar documentação sobre segurança e saúde, nomeadamente, a exigida por lei e a prevista no Plano de Segurança e de Saúde.

Limpeza e recolha de resíduos

Deve ser dada especial atenção às condições de trabalho dos trabalhadores, prevendo-se os meios necessários para manutenção e conservação de todas as instalações sociais e para uma adequada limpeza de todas as zonas de passagem ou permanência dos trabalhadores, incluindo as zonas de trabalho.

A EE deve prever a recolha dos resíduos em recipientes fechados e providenciar a sua remoção diária. A remoção deverá ser feita pelos serviços camarários devendo a EE diligenciar, junto das mesmas, tal serviço.

5.3 Requisitos de Entrada de Equipamentos no Estaleiro

Tendo em consideração no estabelecido no Projeto de Estaleiro e no Plano de Trabalhos, a EE deverá elaborar um Plano de Equipamentos que deverá incluir a seguinte informação:

- Tipo de equipamento;
- Proprietário do equipamento (EE ou subempreiteiro);
- Data da entrada no estaleiro, incluindo montagem;
- Previsão de estada no estaleiro;
- Data de saída do estaleiro, incluindo desmontagem.

Para entrada em obra, todo o equipamento deverá satisfazer os aspetos definidos na legislação aplicável em especial no Dec. Lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro e no Dec. Lei 103/2008 de 24 de junho, nomeadamente:

- Manual de instruções;
- Plano de manutenções;
- Registos da última Manutenção;
- Declaração de conformidade CE;
- Registo da última inspeção/manutenção;
- Seguro de Responsabilidade Civil (equipamentos móveis);
- Declaração de aptidão profissional do manobrador.

5.4 Redes Técnicas Provisórias

A EE tem de garantir que:

- A rede de iluminação e a rede elétrica geral são independentes;
- A verificação periódica da rede elétrica por parte de um técnico credenciado e a emissão de uma declaração de conformidade da mesma com as normas regulamentares em vigor;
- A ligação à terra dos contentores e geradores;
- Todos os pimenteiros (quadros volantes) em obra possuem disjuntores com a sensibilidade adequada (30 mA).
- A EE terá de elaborar uma planta com as redes técnicas provisórias da Obra que será incluída no PSS. Esta planta será atualizada mensalmente pela EE ou sempre que surjam alterações significativas.
- Sempre que possível garantir a ligação dos sanitários à rede de esgoto.
- Não são permitidos quaisquer trabalhos de demolição antes de o empreiteiro garantir, por escrito, que foram desligadas as redes públicas ou outras infraestruturas.

5.5 Plano de Visitantes

O Plano de Visitantes destina-se a prevenir riscos inerentes à entrada de pessoas autorizadas que não intervêm no processo de execução da Obra.

A autorização da entrada de visitantes no Estaleiro deverá compreender as seguintes medidas de segurança:

- - Acompanhamento por pessoa conhecedora da obra;
- - Cada visitante deverá possuir capacete de proteção contendo na frente deste a inscrição de "Visitante";
- - Nos casos justificáveis, cada visitante deverá também possuir calçado adequado (com biqueira de aço);
- - Distribuição da planta de estaleiro com indicações das zonas perigosas, que deverão estar devidamente assinaladas no terreno e das instalações do estaleiro (escritórios, enfermarias);
- - Distribuição da lista de nomes do pessoal de direção do empreendimento.

5.6 Atividades da Obra

5.6.1 Plano de Proteções Coletivas

A EE deverá apresentar um Plano de Proteções Coletivas onde definirá os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) a utilizar em função dos trabalhos a executar e dos riscos a que os trabalhadores estarão sujeitos. Esta identificação deverá ser acompanhada pelo estudo da sua implantação e ser incluída no Desenvolvimento Prático do PSS.

As proteções coletivas a adotar pela EE deverão respeitar todos os requisitos legais em vigor, tais como os preconizados no Dec. Lei 50/2005 e no Dec. Lei 320/2001, e poderão ser as seguintes:

Trabalhos em Altura

- Escadas e/ou escadotes em alumínio homologados/certificados;
- Possuir altura suficiente que permita ultrapassar em 1 metro o desnível que se pretende vencer;
- Possuir robustez suficiente e estar em bom estado de conservação.
- Andaimos homologados/certificados CE;
- Andaimos em alumínio com certificação CE, ou similares;
- Guarda corpos a 45 cm e 90 cm de altura, e guarda cabeças com 15 cm de altura acima da tábua de pé;
- Tábuas de pé com, no mínimo, 60 cm de largura;
- Acesso por escadas interiores.
- Plataformas elevatórias articuladas com certificação;
- Plataformas elevatórias tipo tesoura com certificação;
- Plataformas elevatórias com braço extensível (vulgo “manitou” com plataforma de trabalho acoplada devidamente certificada)

Trabalhos ao mesmo nível

- Proteção de bordos de laje e/ou vãos de queda;
- Guarda corpos rígidos colocados a 45 cm, 90 cm de altura e guarda cabeças com 15 cm de altura acima da tábua de pé;
- Proteger os negativos (p.e. “Courettes”) com barreiras físicas de rigidez comprovada, submeter à validação técnica da CSO e aprovação do DO.

5.7 Atividades dos Trabalhadores

5.7.1 Identificação e Saúde dos Trabalhadores

É responsabilidade da EE identificar todos os trabalhadores da obra, incluindo dos subempreiteiros e trabalhadores independentes caso existam e sejam prestadores de serviços.

Todos os trabalhadores da obra antes de iniciarem funções na obra terão que preencher uma ficha de identificação individual em modelo à escolha da EE a qual deve conter os principais dados de identificação pessoal (nome, data de nascimento, naturalidade, n.º do bilhete de identidade, ...), entidade empregadora, categoria profissional e a data de início de funções na obra. Estes documentos serão arquivados no estaleiro.

É igualmente da responsabilidade da EE assegurar que cada trabalhador da obra possui aptidão física e psíquica para o exercício das suas funções. A ficha de aptidão médica deverá ser arquivada junto dos outros elementos no estaleiro.

5.7.2 Formação e Informação dos Trabalhadores

A EE deverá prestar informação e dar formação aos trabalhadores, relativamente à organização do estaleiro na respetiva da Segurança Higiene e Saúde, cujas linhas mestras se definem no PSS.

De forma a garantir que a informação é transmitida a todos, dever-se-á elaborar um Plano de Formação e Informação dos trabalhadores, consistindo de ações de sensibilização a todo o pessoal, com formação específica sobre o tipo de trabalhos que efetuem para que adquiram uma maior sensibilidade para a identificação de condições inseguras.

O Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores deverá, nomeadamente:

- Proporcionar condições para a formação específica dos trabalhadores;
- Promover ações de sensibilização por grupos de trabalhadores;
- Calendarizar reuniões periódicas por grupo de trabalhadores;
- Afixar informações gerais realçando aspetos essenciais;
- As ações de formação deverão ser proporcionadas aos trabalhadores, quer nos primeiros dias da abertura dos estaleiros, quer durante a execução dos trabalhos com periodicidade previamente definida.

Para afixação de informações gerais, deve-se considerar a existência de uma vitrina apropriada, em local bem visível, que poderá conter a seguinte informação:

- Cópia da Comunicação Prévia;
- Telefones de Emergência;
- Registo de acidentes e índices de sinistralidade;
- Informações relativas às ações que decorrerão no estaleiro sobre a temática de Segurança e Saúde;
- Outras informações que a natureza da obra determine.

5.7.3 Documentação sobre regras gerais de segurança

A EE reconhece que atingir os objetivos a que se propõe através do PSS, só será plenamente conseguido se obtiver a colaboração empenhada dos trabalhadores a todos os níveis hierárquicos e funções desempenhadas. Só desta maneira e conjuntamente, se poderá garantir a segurança de pessoas, bens e do ambiente em Obra. Assim cada trabalhador que se encontre envolvido neste empreendimento é considerado como um elemento fundamental na cadeia do sistema de segurança.

Nos termos do Dec. Lei 133/99 de 21 de abril, todo o pessoal tem o dever e responsabilidade de cumprir todos os requisitos do PSS.

5.7.4 Identificação das empresas e trabalhadores independentes

A EE ou Empregador deve organizar um registo que inclua, em relação a cada subempreiteiro ou trabalhador independente por si contratado que trabalhe no estaleiro conforme o Art.º 21º do Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro.

Todos os trabalhadores têm de possuir um cartão de identificação pessoal, de uso obrigatório e permanente em local visível que deverá conter: Identificação do trabalhador (nome, n.º de trabalhador da empresa, nacionalidade, n.º de autorização de residência) identificação da empresa e categoria profissional. No caso de subempreiteiro, este cartão terá de ser assinado pelo responsável pela EE.

O modelo do cartão deverá ser proposto para validação técnica do Coordenador de Segurança da Obra e aprovação do DO.

6. Atuação e registo em caso de acidente

Todos os acidentes de trabalho ocorridos na obra serão objeto de relatórios de inquérito e serão devidamente registados. Para registar os acidentes de trabalho utilizar-se-á o formulário no anexo que serão sempre mantidos em arquivo de obra.

No caso de acidente de trabalho de que resulte a morte ou lesão grave do trabalhador ou que assuma particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho, deve ser comunicado pelo respetivo empregador à ACT e ao CSO num prazo inferior a 24 horas.

A EE e todos os intervenientes no estaleiro deverão suspender os trabalhos da sua responsabilidade que sejam suscetíveis de destruir ou alterar os vestígios do acidente.

A EE deve, de imediato até à recolha dos elementos necessários para a realização do inquérito impedir o acesso a pessoas, máquinas e materiais ao local do acidente, com exceção dos meios de apoio às vítimas.

Após inquérito da competência da ACT, o mesmo dará indicações sobre o levantamento da interdição, desde que a EE comprove estarem reunidas as condições técnicas ou organizativas necessárias à prevenção dos riscos profissionais.

7. Plano de Emergência

Nos termos da legislação em vigor, constitui obrigação da EE o estabelecimento das medidas adequadas a adotar em caso de acidente ou mesmo de uma catástrofe (incêndios, explosões, sismos, inundações), face às características do estaleiro montado e do local no qual está inserido. De uma forma geral, deverá referir-se o posto de socorros, os meios de comunicação de emergência, os caminhos de evacuação, os sistemas de alarme, a iluminação de emergência, etc.

Relativamente ao Plano de Emergência, o objetivo é a preparação dos meios humanos e materiais disponíveis, a fim de garantir a salvaguarda dos intervenientes na obra, bem como uma rápida e eficiente intervenção em caso de incêndio ou sinistro grave.

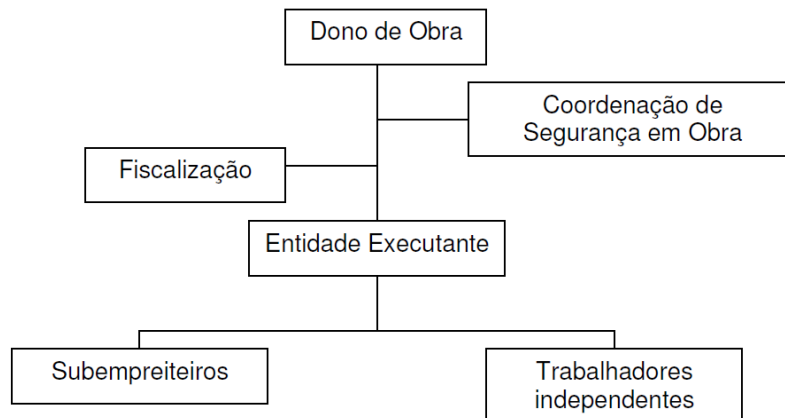
8. Estruturas e ações de segurança na obra

8.1 Organograma de Segurança na Obra

O organograma de segurança deverá identificar e integrar os meios humanos afeto à gestão e controlo da segurança no trabalho. No conjunto devem ser identificadas todas as pessoas necessárias para preparar e organizar os documentos para adaptar/complementar o PSS, e acompanhar e garantir a sua implementação.

8.2 Organograma Funcional da Obra

Nota: organograma tipificado



O organograma funcional da obra deverá referenciar todas as chefias, incluindo a organização explícita sobre os meios humanos a afetar à segurança e saúde, eventualmente com indicação da formação que estes deverão possuir e que dependerá da dimensão e complexidade do empreendimento.

A EE deverá submeter à aprovação do DO, o organograma identificando nominalmente cada pessoa e a função a desempenhar.

Deverá constar, no organograma, a informação respeitante às definições de funções dos responsáveis pelo sistema de gestão de segurança da obra.

Será sempre mantida uma cópia atualizada deste organograma no arquivo de obra.

8.3 Competência dos intervenientes

Coordenação de Segurança em Obra: (Caso exista)

- Apoiar o DO na elaboração e atualização da comunicação prévia;
- Apreciar o desenvolvimento e as alterações do PSS para a execução da obra e, sendo caso disso, propor à EE as alterações adequadas com vista à sua validação técnica;
- Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;
- Promover e verificar o cumprimento do PSS, bem como das outras obrigações da EE, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às atividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;
- Coordenar o controlo da correta aplicação dos métodos de trabalho, na medida em que tenham influência na segurança e saúde no trabalho;
- Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção;
- Registrar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra;
- Assegurar que a EE tome as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;
- Informar regularmente o DO sobre o resultado da avaliação da segurança e saúde existente no estaleiro;

- Informar o DO sobre as responsabilidades deste no âmbito do DL 273/2003 de 29 de outubro;
- Analisar as causas de acidentes graves que ocorram no estaleiro;
- Integrar na compilação técnica da obra os elementos decorrentes da execução dos trabalhos que dela não constem.
- Realizar reuniões com a EE e seus representantes legais, versando sobre o estado de segurança da obra, analisando os relatórios de visita e não-conformidades, promover a informação e divulgação sobre os riscos profissionais e medidas preventivas. As atas destas reuniões serão devidamente assinadas pelos presentes e arquivadas junto deste PSS.

Responsável de Segurança da Entidade Executante

- Fazer cumprir as recomendações e diretivas pelo CSO (caso exista);
- Promover a sensibilização dos trabalhadores para os problemas de Higiene e Segurança, de modo a fomentar o espírito de prevenção;
- Estar presente nas reuniões de Segurança e de Obra, colaborando na procura das melhores soluções para a realização do trabalho nas melhores condições de segurança.
- Entregar nas reuniões de Segurança e de Obra, a planificação dos trabalhos referente ao período até à reunião seguinte, com a respetiva análise de riscos, caso seja necessário.
- Entregar mensalmente os índices de sinistralidade e a carga horária.

Do Responsável de Segurança, dependerá ainda a organização do trabalho, nomeadamente:

- Limitação, organização e melhoramento da circulação das pessoas e dos equipamentos;
- Limitação das atividades perigosas através da sua análise e integração, nomeadamente através do preenchimento do impresso de Identificação e Avaliação de Riscos.
- Adoção das medidas necessárias de proteção individual e coletiva, visando a redução e eliminação dos riscos profissionais, segundo a Lei-Quadro sobre Segurança e Saúde;
- Conhecimento dos meios de proteção coletiva colocados à disposição da empresa;
- Previsão da organização sequencial dos trabalhos a fim de se poderem prevenir os riscos;
- Instalação das proteções coletivas antes do início dos correspondentes trabalhos;
- Estudo da segurança nos postos de trabalho;
- Avaliação dos riscos de interferência do raio de ação de máquinas/equipamentos;
- Organização e repartição das tarefas pelas diferentes empresas, considerando as diversas zonas de intervenção.

8.4 Comissão de Segurança da Obra (caso exista)

Um dos instrumentos de acompanhamento de implementação do PSS será a Comissão de Segurança da Obra.

A comissão terá como missão o desempenho das seguintes funções:

- Contribuir para a melhoria e evolução do PSS;
- Analisar e acordar estratégias de implementação do PSS;
- Analisar o resultado das auditorias de segurança realizadas ao estaleiro;
- Aferir o grau de implementação do PSS através da análise dos índices de sinistralidade e da Não-Conformidades emitidas;
- Incentivar e obter contributos em matéria de segurança por parte de todos os intervenientes no estaleiro;
- Incentivar a participação dos trabalhadores.

Esta comissão reunirá mensalmente, sob convocação da Direção de Obra, ou sempre que circunstâncias especiais assim o exijam.

A comissão é constituída pelos seguintes intervenientes:

- Diretor Técnico da Obra;
- Responsável de Segurança da EE;
- Representante dos trabalhadores, incluindo representantes de subempreiteiros a indicar de acordo com a evolução dos trabalhos.

De todas as reuniões serão elaboradas atas que serão assinadas pelos participantes e, posteriormente, incorporadas no Desenvolvimento e Especificação do PSS.

8.5 Serviços de Prevenção e Segurança

A EE e os Subempreiteiros adjudicatários deverão manter em funções um técnico responsável pela Higiene e Segurança e Saúde no Trabalho aceite pelo DO. Este técnico deverá possuir experiência comprovada na função e não poderá ser substituído sem o prévio acordo do DO, podendo este determinar em qualquer momento, a sua substituição nos casos de reconhecida falta de competência, de assiduidade ou empenho e dedicação na função.

Estes técnicos em conjunto com o DO formará a equipe de segurança, que promoverá o empenho individual no cumprimento dos procedimentos, a proatividade de identificar sugestões de melhoria e de participar na implementação de ações corretivas.

8.6 Registos/Atuação de não conformidades

Sempre que a EE e o DO considerar(em) que uma não conformidade apresenta gravidade significativa (requerendo ações corretivas importantes) ou que embora de menor gravidade corresponda a uma situação de reincidência, registar-se-á o facto utilizando o modelo de registo de não conformidades e ações corretivas.

É responsabilidade da EE:

- Identificar e descrever as não conformidades;
- Propor e acordar com o DO as ações corretivas/preventivas;
- Verificar a eficácia das ações corretivas/preventivas;
- Analisar as causas das não conformidades;
- Providenciar a implementação de ações para eliminar as causas reais e/ou potenciais das não conformidades.

É da responsabilidade do DO

- Acordar com a EE ou determinar as medidas corretivas/preventivas a executar;
- Decidir sobre as ações corretivas/preventivas a implementar;
- Analisar a eficácia das ações corretivas/preventivas implementadas.

A EE arquivará todos os registos de não conformidade e ações corretivas.

8.8 Cooperação entre intervenientes

Todos os intervenientes no estaleiro têm a obrigação de cooperarem entre si, tendo em conta todos os requisitos de segurança e saúde estabelecidos.

A EE deve criar todos os meios necessários para assegurar esta cooperação. Estes meios serão definidos e anexados ao Desenvolvimento e Especificação do PSS.

A EE e os seus Subempreiteiros devem realizar reuniões periódicas (no mínimo quinzenais) onde sejam debatidas as questões de Segurança e Saúde da Obra. Destas reuniões resultará uma ata, datada e assinada pelos presentes. A CSO poderá solicitar estas atas sempre que considere necessário.

Alguns dos procedimentos adotados pela EE serão:

Comunicar a todos os trabalhadores presentes em obra as normas constantes no PSS, bem como a legislação vigente, no sentido de estes adotarem uma postura construtiva face à segurança em obra;

Dar a conhecer aos subempreiteiros e trabalhadores independentes o PSS ou parte deste;

Comunicar os acidentes de trabalho ao coordenador de segurança e à ACT num prazo máximo de 24 horas.

As Proteções Coletivas (EPC's) da Obra não poderão ser retiradas sem autorização do DO e da EE ou subempreiteiro que as colocou.

As proteções retiradas terão de ser recolocadas no seu lugar, se tecnicamente possível, após o término dos trabalhos. Durante a execução destes trabalhos a EE ou subempreiteiro que retirou as proteções é responsável pela segurança de todos os trabalhadores da Obra que se encontrem ou circulem na zona dos trabalhos.

8.9 Informação entre intervenientes

As EE ficam obrigadas a providenciar um local visível para afixação de informação útil, (nomeadamente Comunicação Prévia da Obra e informações diversas de Higiene e Segurança), para os seus trabalhadores ou subempreiteiros.

Os procedimentos essenciais a adotar em caso de emergência devem encontrar-se afixados permanentemente.

Será da responsabilidade da EE a formação dos seus trabalhadores, incidindo nos seguintes pontos essenciais:

O Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores poderá incluir ações de diversos tipos, nomeadamente:

- Ações de sensibilização da generalidade dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho;
- Afixação de informações gerais sobre a segurança no trabalho, realçando aspetos essenciais;
- Incluir a calendarização de reuniões periódicas por grupos de trabalhadores;
- Proporcionar formação específica a trabalhadores sempre que se justifique;
- Proporcionar formação adequada a trabalhadores com tarefas específicas no âmbito da segurança e saúde (técnico de prevenção, socorrista, etc.).

Todas as ações do âmbito da Formação e Informação dos Trabalhadores devem ser registadas, incluindo nomeadamente, registos de presenças, tema abordado, duração, etc.

8.10 Diretivas da Coordenação de Segurança em Obra

Cumpra à EE colaborar com o CSO, bem como cumprir e fazer respeitar por parte de subempreiteiros e trabalhadores independentes as diretivas daquele, Art.º 20º do Dec. Lei n.º 273/2003.

9. Desenvolvimento e Especificação do PSS

A EE deve desenvolver e especificar o PSS em projeto de modo a complementar as medidas previstas, tendo nomeadamente em conta:

- As definições do projeto e outros elementos resultantes do contrato com a EE que sejam relevantes para a segurança e saúde dos trabalhadores durante a execução da obra;
- As atividades simultâneas ou incompatíveis que decorram no estaleiro ou na sua proximidade;
- Os processos e métodos construtivos, incluindo os que exijam uma planificação detalhada das medidas de segurança;
- Os equipamentos, materiais e produtos a utilizar;
- A programação dos trabalhos, a intervenção de subempreiteiros e trabalhadores independentes, incluindo os respetivos prazos de execução;
- As medidas específicas respeitantes a riscos especiais;
- O projeto de estaleiro, incluindo os acesso, as circulações, a movimentação de cargas, o armazenamento de materiais, produtos e equipamentos, as instalações fixas e demais apoios à produção, as redes técnicas provisórias, a evacuação de resíduos, a sinalização e instalações sociais;
- A informação e formação dos trabalhadores;
- O sistema de emergência, incluindo as medidas de prevenção, controlo e combate a incêndios de socorro e de evacuação de trabalhadores.

O PSS para a execução da obra deve ter junto os elementos referidos no anexo do III do Dec. Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro.

9.1 Normas de Segurança e de Trabalho

1. O Subempreiteiro obriga-se a cumprir as regras de segurança e normas do estaleiro estipuladas pela Direção da Obra, bem como as decorrentes de disposições legais obrigando-se ainda a promover ações de formação e informação ao seu pessoal, nomeadamente sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, adequadas aos trabalhos que irá executar nesta Empreitada;

2. O Subempreiteiro obriga-se a disponibilizar e a compelir todos os trabalhadores ao seu serviço na obra, ao uso do seguinte equipamento de proteção de segurança individual:

i. Capacetes de proteção e botas de segurança, os quais devem ser usados permanentemente;

ii. Luvas de proteção, arnês de segurança, botas de borracha, óculos de segurança, protetores auriculares e fatos impermeáveis, nos locais e funções indicadas como obrigatórios e/ou onde as normas de segurança o aconselhem.

3. Sem prejuízo das responsabilidades daí emergentes, sempre que se verifique o incumprimento pelo Subempreiteiro da obrigação da distribuição do equipamento de proteção de segurança individual, o Empreiteiro poderá substituir-se àquele na distribuição do equipamento em falta, deduzindo os respetivos custos no pagamento que seja devido imediatamente após a ocorrência desse facto;

4. O Subempreiteiro obriga-se a implementar o equipamento de proteção coletiva nas zonas envolventes ao desempenho da sua atividade.

5. Sem prejuízo das responsabilidades daí emergentes, sempre que se verifique o incumprimento pelo Subempreiteiro da obrigação da implementação do equipamento de proteção de segurança coletiva, o Empreiteiro poderá substituir-se àquele na implementação do equipamento, deduzindo os respetivos custos no pagamento que seja devido imediatamente após a ocorrência desse facto;

6. Relativamente à mão-de-obra ao seu serviço, o Subempreiteiro obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação legal de trabalho, especialmente no que respeita às disposições legais sobre trabalho de menores e de estrangeiros residentes, designadamente o disposto no Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de janeiro, e bem como assim fornecer ao Empreiteiro relativamente a cada um dos trabalhadores estrangeiros contratados pelo Subempreiteiro, os seguintes documentos:

- i. Cópia da autorização válida de residência ou autorização de permanência ou visto de trabalho;
- ii. Cópia do Contrato de Trabalho, celebrado com o Trabalhador, com menção aposta pelo IDICT de o mesmo ter sido depositado neste Instituto;
- iii. Fotocópia das folhas de vencimentos mensais, entregues na Segurança Social das quais constem os Trabalhadores que prestem trabalho na presente Subempreitada;
- iv. Cópia do Cartão de Contribuinte;
- v. Cópia da Ficha de Aptidão Médica;

Deverá igualmente fornecer ao Empreiteiro, antes de iniciar a execução dos trabalhos de Subempreitada, relativamente a cada um dos trabalhadores nacionais contratados pelo Subempreiteiro, os seguintes documentos:

- i. Cópia do Bilhete de Identidade;
- ii. Cópia do Cartão de Contribuinte;
- iii. Cópia do Contrato de Trabalho, celebrado com o Trabalhador;
- iv. Fotocópia das folhas de vencimentos mensais, entregues na Segurança Social das quais constem os Trabalhadores que prestem trabalho na presente Subempreitada;
- Ficha Cláusulas de Segurança a Figurar nos contratos de Subempreitada
- v. Cópia da Ficha de Aptidão Médica.

7. O Subempreiteiro obriga-se ainda a cumprir escrupulosamente as disposições legais regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho relativamente a todos os trabalhadores ao seu serviço, sendo da sua responsabilidade os encargos que daí resultem, bem como informar a Direção da Obra de todos os acidentes ocorridos com os seus trabalhadores;

8. Fica expressamente entendido que o Subempreiteiro é o único responsável pelas consequências decorrentes do incumprimento das obrigações constantes dos números anteriores, designadamente das que resultem de infrações à legislação sobre a matéria, sendo seu exclusivo encargo o pagamento de quaisquer penalidades aplicadas em consequência dessa infração;

9. Se o Empreiteiro sofrer quaisquer consequências danosas em consequência do incumprimento das normas laborais pelo Subempreiteiro, caber-lhe-á direito de regresso para ressarcimento dos danos sofridos;

10. O Subempreiteiro obriga-se a garantir a utilização por parte de todos os seus trabalhadores, do cartão de acolhimento/identificação, o qual ser-lhe-á facultado pelo Empreiteiro em formato digital, ficando à sua inteira responsabilidade a emissão dos respetivos cartões. O incumprimento deste requisito por parte dos trabalhadores do Subempreiteiro, implicará a não permissão da sua entrada no estaleiro da obra;

11. Sem prejuízo de outras penalidades previstas nas presentes condições gerais, poderá o Empreiteiro aplicar multas nas seguintes condições:

- i. O valor de cada multa, no caso de falta de utilização de Equipamentos de Proteção Individual, é de 25€/indivíduo e para os restantes casos 50€, sendo estes valores majorados em 50% nos casos de reincidência. Situações de reincidência poderão igualmente originar a expulsão do trabalhador incumpridor;
- ii. O valor de cada multa, no caso da não implementação do(s) Equipamento(s) de Proteção Coletiva, é o custo médio de mercado por equipamento coletivo majorado em 50% mês pela utilização, independentemente destes terem sido utilizados parcialmente no mês em causa.

9.2 Vitrina de Segurança

Na obra deverá ser implantada uma vitrina de segurança com os seguintes documentos:

- Alvará/Título de Registo;
- Comunicação Prévia;
- Horário de trabalho;
- Seguro de Responsabilidade Civil;
- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Procedimento de Controlo de Acessos;
- Planta do Estaleiro;
- Telefones de Emergência;
- Política de Segurança;
- Índices de Sinistralidade.

Estes documentos deverão estar legíveis e sempre atualizados.

10. Listagem Não Exaustiva de Legislação

Apresenta-se de seguida a listagem não exaustiva do conjunto de diplomas, normas nacionais e diretivas comunitárias aplicáveis no âmbito da segurança e saúde no trabalho.

Enquadramento legal e gestão da SST

- Lei nº 7 /2009, de 12 de fevereiro – Código do Trabalho
- Lei nº 102/2009, de 10 de setembro - Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho
- Lei nº 42/2012, de 28 de agosto – Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho.
- Lei nº 3/2014, de 28 de janeiro - Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho
- Declaração de retificação nº 20/2014, de 27 de março - Retifica a Lei nº 3/2014, de 28 de janeiro
- Portaria nº 255/2010, de 5 de maio - Estabelece o modelo de requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho
- Portaria nº 275/2010, de 19 de maio - Estabelece as taxas aplicáveis aos processos de autorização de Serviços de SST
- Portaria nº 112/2014, de 23 de maio - Regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de centros de saúde (ACES)

- Portaria nº 71/2015, de 10 de março - Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde
- Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio - Procede à alteração da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, alterada pelas Lei nº 42/2012, de 28 de agosto e Lei nº 3/2014, de 28 de janeiro
- Portaria nº 299/2007, de 16 de março – Ficha de exames de saúde (medicina no trabalho)
- Portaria nº 55/2010, de 21 de janeiro – Relatório anual dos serviços de prevenção nas empresas
- Decreto-Lei nº 107/2009, de 14 de setembro - Aprova o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social
- Decreto-Lei nº 133/99, de 21 de abril - Altera o Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de novembro, relativo aos princípios da prevenção de riscos profissionais, para assegurar a transposição de algumas regras da diretiva quadro relativa à segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho. –
- Decreto-Lei n.º 109/2000 de 30 de junho - Altera o Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 7/95, de 29 de março, e 118/99, de 11 de agosto, que contém o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Acidentes de trabalho e doenças profissionais

- Lei nº 7 /2009, de 12 de fevereiro – Código do Trabalho
- Lei nº 98/2009, de 4 de setembro - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais
- Decreto-Lei nº 2/82, de 5 de janeiro - Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais
- Decreto-Lei nº 159/99, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 382-A/99, de 22 de setembro - Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes
- Decreto Regulamentar nº 6/2001, de 5 de maio, alterado pelo Decreto Regulamentar nº 76/2007, de 17 de julho - Índice Codificado das doenças profissionais
- Portaria nº 256/2011, de 5 de julho - Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas condições especiais uniformes
- Portaria nº 122/2012, de 3 de maio - Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho, para o ano de 2012)
- Portaria nº 338/2013, de 21 de novembro - Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho)

Estatística de sinistralidade laboral

- Decreto-Lei nº 362/93, de 15 de outubro - Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais)
- Portaria nº 137/94, de 8 de março - Aprova os modelos de participação e mapas relativos a acidentes de trabalho)

Certificação profissional do Técnico Superior de SST

- Lei nº 42/2012, de 28 de agosto - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho
- Portaria nº 384/2012, de 26 de novembro - Altera a Portaria nº 55/2012, de 9 de março, a qual especifica as profissões regulamentadas abrangidas na área do emprego e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei nº 9/2009, de 4 de março, alterando também a designação da profissão

Locais de trabalho

- Decreto-Lei nº 347/93, de 1 de outubro - Prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho)
- Portaria nº 987/93, de 6 de outubro - Regulamentação das normas técnicas respeitantes às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho)
- Lei nº 37/2007, de 14 de agosto – Aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo

Agentes Biológicos

- Decreto-Lei nº 84/97, de 16 de abril - Estabelece as prescrições mínimas de protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos no trabalho)
- Portaria nº 405/98, de 11 de julho - Aprova a classificação dos agentes biológicos)
- Portaria nº 1036/98, de 15 de dezembro - Altera a Lista dos agentes biológicos classificados, constante do anexo à Portaria nº 405/98, de 11 de julho)
- Decreto-Lei nº 2/2001, de 4 de janeiro - Regula a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados, tendo em vista a protecção da saúde humana e do ambiente)

Agentes Físicos (Radiações ionizantes e óticas, ruído e vibrações)

- Decreto-Lei nº 165/2002, de 17 de julho - Estabelece os princípios gerais de protecção bem como as competências e atribuições dos organismos e serviços intervenientes na área da protecção contra radiações ionizantes
- Decreto-Lei nº 348/89, de 12 de outubro - Estabelece normas e diretivas de protecção contra as radiações ionizantes
- Decreto Regulamentar nº 9/90, de 19 de abril - Alterado pelo Decreto-Lei nº 222/2008, de 17 de novembro (revogados os artigos 1º a 6º, 8º, 12º, 20º a 29º, 31º a 33º, 37º a 43º e 46º a 56º do Decreto Regulamentar nº 9/90, de 19 de abril) - (Estabelece a regulamentação das normas e diretivas da protecção contra radiações ionizantes, constantes do Decreto-Lei nº 348/89, de 12 outubro)
- Decreto Regulamentar nº 29/97, de 29 de julho - Estabelece o regime de protecção dos trabalhadores de empresas externas que intervêm em zonas sujeitas a regulamentação com vista à protecção contra radiações ionizantes

- Declaração de Retificação nº 14-M/97, de 31 de julho - Retifica o Decreto Regulamentar nº 29/97, de 29 de julho
- Decreto-Lei nº 167/2002, de 18 de julho - Estabelece o regime jurídico relativo ao licenciamento e ao funcionamento das entidades que desenvolvem atividades nas áreas de proteção radiológica
- Decreto-Lei nº 165/2002, de 17 de julho - Estabelece os princípios gerais de proteção bem como as competências e atribuições dos organismos e serviços intervenientes na área da proteção contra radiações ionizantes
- Lei nº 25/2010, de 30 de agosto - Estabelece as prescrições mínimas para proteção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações óticas de fontes artificiais
- Declaração de Retificação nº 33/2010 de 27 de outubro - Retifica os anexos I e II da Lei nº 25/2010, de 30 de agosto
- Decreto-Lei nº 182/2006, de 6 de setembro - Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído)
- Decreto-Lei nº 259/2002, de 23 de novembro - Altera o DL nº 292/2000 de 14 de novembro. Licença especial de ruído, no âmbito das atividades ruidosas temporárias, que passa a ser atribuída pelas Câmaras Municipais
- Decreto-Lei nº 46/2006, de 24 de fevereiro - Prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos a vibrações mecânicas

Agentes Químicos

- Decreto-Lei nº 24/2012, de 6 de fevereiro - Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho
 - Decreto-Lei nº 301/2000, de 18 de novembro - Regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho
 - Decreto-Lei nº 479/85, de 13 de novembro e Decreto-Retificativo DR nº 26/86, de 31 de janeiro - Fixa as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efetivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos
- O Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio - Procede à alteração do Decreto -Lei nº 24/2012, de 6 de fevereiro, que consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva nº 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2009) e (Altera o Decreto -Lei nº 301/2000, de 18 de novembro, que regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho
- Decreto-Lei nº 293/2009, de 13 de outubro - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) nº 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos
 - Despacho nº 27707/2007, de 10 de dezembro - Implementação do Regulamento REACH
 - Decreto-Lei nº 266/2007, de 24 de julho - Estabelece as normas de proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho

- Decreto-Lei nº 236/2003, de 30 de setembro Estabelece as prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas

Riscos elétricos

- Diretiva 94/9/CE, de 23 de março, relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros sobre aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas

- Diretiva 73/23/CE, de 19 de fevereiro, relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros no domínio do material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão

- Lei 30/2010, de 2/Set. – Proteção contra a exposição aos campos elétricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos elétricos

- Decreto-Lei nº 110/91 de 18 de março - Regulamento de Segurança de Elevadores Elétricos correspondente às regras de segurança para a construção e instalação de ascensores e monta-cargas (ascensores elétricos e hidráulicos / monta-cargas elétricos e hidráulicos)

- Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26 de dezembro - Aprova o Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.

- Decreto-Lei n.º 303/76, de 26 de abril - Introduz alterações no Decreto-Lei n.º 740/74, de 26 de dezembro, que aprova o Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Elétrica e o Regulamento de Segurança de Instalações Coletivas de Edifícios e Entradas.

- Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de junho - Altera diversa legislação no âmbito dos requisitos de segurança e identificação a que devem obedecer o fabrico e comercialização de determinados produtos e equipamentos.

Equipamentos de Trabalho

- Decreto-Lei nº 50/2005, de 25 de fevereiro - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho

- Decreto-Lei nº 221/2006, de 8 de novembro - Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior

Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho - Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado e a entrada em serviço das máquinas bem como a colocação no mercado das quase -máquinas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, relativa às máquinas e que altera a Diretiva n.º 95/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos ascensores.

Equipamentos de Proteção Individual – EPI's

- Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro - Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de proteção individual no trabalho

- Portaria nº 988/93, de 6 de outubro - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Proteção Individual, previstas no Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro

- Portaria nº 1131/93, de 4 de novembro - Alterada pela Portaria nº 109/96, de 10 de abril e Portaria nº 695/97, de 19 de agosto - Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual

- Decreto-Lei nº 128/93, de 22 de março - Alterado pelo Decreto-Lei nº 139/95, de 14 de junho, e pelo Decreto-Lei nº 374/98, de 24 de novembro - Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de proteção individual

Equipamentos dotados de visor

- Decreto-Lei nº 349/93, de 1 de outubro - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor

- Portaria nº 989/93, de 6 de outubro - Estabelece as normas técnicas de execução das prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor previstas no Decreto-Lei nº 349/93, de 1 de outubro

Movimentação manual de carga

- Decreto-Lei nº 330/93, de 25 de setembro - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas

Sinalização de segurança

- Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho - Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho

- Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro - Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho, previstas no Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho

- Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio - Procede à alteração do Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho, que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, alterado pela Lei n.º 113/99, de 3 de agosto

- Portaria 178/2015, de 15 de junho – Prescrições mínimas de colocação e utilização de segurança e saúde no trabalho

Segurança contra incêndios

- Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro - Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, abreviadamente designado por SCIE

- Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro - aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE)

- Decreto-Lei 224/2015, de 9 de outubro - procede à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que aprova o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios

- NP 1800:2012 – Segurança contra incêndios. Agentes extintores. Seleção segundo a classe de fogos

- NP 3064:1988 – Segurança contra Incêndios. Utilização dos extintores de incêndio portáteis

- NP 4413:2012 – Segurança contra incêndios Manutenção de extintores
- NP 4413:2012/Emenda 1:2014 – Segurança contra incêndios Manutenção de extintores

Regulamentação de SST no setor da construção civil

- Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro - Estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis)
- Decreto nº 41821/58, de 11 de agosto - Aprova o regulamento de segurança no trabalho da construção civil
- Decreto-Lei nº 46427/1965, de 10 de julho - Aprova o regulamento de Instalações Sociais Provisórias destinadas a pessoal empregado nas obras
- Portaria nº 101/1996, de 3 de abril - Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis
- Portaria nº 934/1991 de 13 de setembro - Estabelece as normas das estruturas de proteção contra a queda de objetos (FOPS) de máquinas de estaleiros de construção civil
- Decreto-Lei nº 250/94, de 15 de outubro - Licenciamento municipal de obras particulares. Altera alguns artigos do Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de novembro, com a redação dada pela Lei nº 29/92, de 5 de setembro
- Portaria nº 1115 A-D/94, de 15 de dezembro - Aprova os modelos da folha de movimento de processo, dos alvarás de licença de construção e de utilização, do termo de responsabilidade e da declaração de técnica responsável relativos ao regime de licenciamento de obras particulares.
- Regulamento nº 305/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011 - Estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Diretiva 89/106/CEE do Conselho
- Decreto-Lei nº 130/2013, de 10 de setembro - Executa na ordem jurídica interna o disposto no Regulamento (UE) nº 305/2011, que estabelece as condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Diretiva nº 89/106/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1988.
- Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto de 2006 - Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei nº 123/97 de 22 de maio

Anexo I – Fichas de segurança

1. Estaleiro

Local	Risco	Medidas de prevenção
<ul style="list-style-type: none"> • Organização geral do estaleiro • Medidas gerais de proteção 	<ul style="list-style-type: none"> • Insalubridade • Incomodidade • Dificuldade de acesso • Dificuldade na evacuação em caso de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir condições de higiene e salubridade • Garantir a colocação de equipamento de proteção coletiva • Planificar adequadamente a sectorização do estaleiro, a vedação, os acessos e as diversas frentes de obra • Guardar distâncias de segurança na movimentação dos diferentes elementos • Armazenar em segurança os diferentes elementos • Recolher os resíduos e escombros e evacuá-los com periodicidade • Articular entre si as atividades que existam no local ou no meio envolvente • Prestar informação aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, materiais e equipamentos e exigir o cumprimento das recomendações • Avaliar com rigor as condicionantes específicas do local de implantação • Avaliar e adequar o plano de emergência
	• Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> • No uso de fontes de calor ou de ignição (inclui equipamento que produza faíscas) verificar a ausência de produtos inflamáveis nas imediações • Estudo adequado dos locais nos quais se poderá realizar operações com recurso a chamas e dos locais nos quais se permitirá fumar • Meios de combate a incêndio em número suficiente e em posição adequada • Adequada formação dos operários nas medidas de combate a incêndio e de comunicação aos bombeiros e nas medidas de evacuação do estaleiro
	• Lesões múltiplas (ex.: ruídos de equipamento diverso, queimaduras químicas, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a utilização de equipamento de proteção individual (E.P.I.'s)
	• Sobre esforço	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de equipamentos adequados para movimento de materiais • Atitudes a tomar perante posições incorretas – movimento manual com técnicas adequadas
	<ul style="list-style-type: none"> • Colisão • Atropelamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Guardar distâncias de segurança entre as vias ou zonas de circulação de veículos e os postos de trabalho ou zonas de deslocações de peões • Utilizar sinalização que evidencie a informação que se pretende partilhar e adequar a iluminação do estaleiro
	• Soterramento	<ul style="list-style-type: none"> • Adequada inclinação em taludes • Entivação adequada

	<ul style="list-style-type: none"> • Queda em altura • Queda de objetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitação das cristas dos taludes e valas • Tapamento de todos os buracos onde possa haver circulações de pessoas • Adequada sinalização e proteção • Colocar guarda-corpos (dois elementos horizontais situados a partir da plataforma, a um 1 m de altura e outro a 0.45 m) e guarda-cabeças ou rodapé (com 0,15 m de altura) em todos os andaimes, vãos e limites de construção
	<ul style="list-style-type: none"> • Queda de materiais em guias 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar o limitador de cargas do equipamento que deverá ser sonoro ou luminoso • Verificação periódica de todo o equipamento e acessórios de elevação / suspensão, com emissão de certificado • Colocação / amarração correta dos materiais aos estropos ou ganchos • Distribuir sempre corretamente o peso da carga a elevar • Limitar a passagem de cargas sobre o pessoal
	<ul style="list-style-type: none"> • Queda em escadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as escadas manuais deverão ser metálicas • As escadas quando não são fixas deverão ser colocadas com uma inclinação de cerca de 25 % • Os pés das escadas deverão ter calços antiderrapantes de borracha ou serem fixados com sistema eficaz • A escada deverá prolongar-se sempre cerca de um metro acima do ponto superior de apoio • Nunca deverá ser utilizada simultaneamente por mais que uma pessoa • A subida e descida deverá fazer-se sempre de frente para a escada e com as mãos livres para se apoiar • A distância entre degraus deverá ser sempre regular e estes deverão possuir flocinho antiderrapante
	<ul style="list-style-type: none"> • Eletrocussão • Queimaduras por eletricidade • Conflito entre as linhas aéreas elétricas e a área de ação das guias 	<ul style="list-style-type: none"> • Não permitir ligações improvisadas e evitar instalações provisórias • Verificação periódica das instalações elétricas • Localizar bem as zonas de alimentação e sinalizá-las com a indicação de perigo de morte • Assegurar a ligação à terra de todos os equipamentos elétricos • Executar sempre que possível instalações subterrâneas • Prover todos os quadros com proteção de terra e disjuntores de sensibilidade adequada: <ul style="list-style-type: none"> Iluminação e tomadas..... 30 mA Potência 300 mA • Sempre que seja necessário fazer intervenções na instalação deverá desligar-se a corrente elétrica • Só permitir o acesso a quadros elétricos por pessoal credenciado • Observar a distância de segurança mínima (de 4,00 ou 5,00 m consoante a tensão na rede seja inferior ou igual a 50 kV) • Planificar adequadamente a localização das guias e a extensão das respetivas lanças • Instruir adequadamente os guistas • Requerer à entidade gestora da rede o isolamento ou mesmo o desvio (em planta ou em altura) das linhas de alta tensão

<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentaria 	<ul style="list-style-type: none"> • Desorganizaçã o • Deterioração • Queda de objetos • Queda de nível 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade à zona de trabalhos para facilidade de levantamento e depósito de equipamentos e ferramentas • Suficiência de equipamentos e ferramentas e adequação do espaço • Arrumação em locais próprios e por categorias, no garante de ausência de partes soltas e salientes e de irregularidades no pavimento • Verificação dos equipamentos • As ferramentas que requeiram, na sua utilização, o uso de E.P.I.'s deverão ser entregues juntamente com o equipamento recomendado. Dever-se-á garantir que o operário tenha conhecimento dos riscos inerentes à utilização da ferramenta e do modo de utilizar o equipamento
<ul style="list-style-type: none"> • Armazém • Parque de materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Incêndio • Explosão • Queda de objetos • Queda de nível • Queimaduras químicas • Contaminação • Colisão de veículos • Desabamento de materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade à zona de trabalhos para facilidade de levantamento e depósito de materiais • Arrumação em locais próprios e por categorias, no garante de ausência de partes soltas e salientes e de irregularidades no pavimento • Os materiais que requeiram, no seu manuseamento, o uso de E.P.I.'s deverão ser entregues juntamente com o equipamento recomendado. Dever-se-á garantir que o operário tenha conhecimento dos riscos inerentes aos materiais e do modo de utilizar o equipamento • Tomar conhecimento das recomendações dos fabricantes / produtores em relação às condições de arrumação (exposição solar, humidade, temperatura, posição da embalagem, etc.) • Gerir a arrumação na prevenção de contaminações, nomeadamente no afastamento entre si de substâncias que possam inter-reagir • Diminuir riscos de incêndio através da eliminação, quando possível, de fontes de calor e de ignição (inclui peças que produzam faíscas) • Não serão admitidos em armazenagem produtos que pela sua natureza se encontrem classificados como produtos perigosos no cumprimento do disposto na legislação existente. Não se deverão armazenar produtos inflamáveis e/ou explosivos num só local, em quantidade superior a 20 litros • Os produtos serão preferencialmente armazenados na embalagem de origem • Existirá como meio de combate a incêndio, no mínimo, um extintor de pó químico seco do tipo ABC • As garrafas dos gases destinadas ao aparelho de óxi-corte serão armazenadas em local próprio • Não deverá ser depositado material nos corredores de circulação nem o modo de depósito dos mesmos deverá condicionar a correta interpretação de traçado ou diminuir perigosamente a visibilidade do trajeto • A altura de acondicionamento de materiais deverá ser limitada e objetos que possam deslizar ou rolar deverão ser travados • Manter o local em bom estado de limpeza e arrumação

<ul style="list-style-type: none"> • Instalações elétricas 	<ul style="list-style-type: none"> • Contactos elétricos diretos e indiretos • Eletrocussão • Incêndio • Queimaduras por eletricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Distâncias mínimas aos cabos condutores • Ligação à terra (garantindo uma resistividade de 20 Ohm) • Armário de distribuição / Quadro geral com disjuntor diferencial (de 300 mA), interruptor geral (dispositivo de corte automático) e eletrodo terra • Tomadas com tensão reduzida de segurança (24 V) para ferramentas portáteis • Instalação elétrica e equipamentos antideflagrantes em locais com materiais inflamáveis voláteis • Instalar tomadas do tipo “estanque com engate” • Sinalizar adequadamente a instalação • Será realizada uma revisão periódica à rede elétrica do estaleiro
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de equip. fixos de elevação • Implantação de equip. fixos de produção 	<ul style="list-style-type: none"> • Queda em altura • Queda de materiais em guias • Queda de objetos • Sobre esforço • Eletrocussão 	<ul style="list-style-type: none"> • Os equipamentos fixos devem ser implantados em locais acessíveis e sem que venham prejudicar o desenvolvimento futuro da obra e a sua remoção posterior • Os equipamentos fixos devem ser operados por trabalhadores especializados • Em equipamentos de britagem, crivagem, silos, betoneiras e bombas de betão devem existir proteções fixas, estáveis, resistentes e adequadas • Não se deverá exceder a capacidade máxima dos equipamentos de elevação e estes não deverão ser utilizados para transporte de pessoas • Nos veículos e máquinas móveis devem existir, os triângulos de pré-sinalização e a sinalização sonora e luminosa de marcha atrás, bem como as luzes de posição em trabalhos noturnos • As guias devem ser implantadas em terreno estável, e na ausência de conflito entre as lanças e linhas de alta-tensão • O raio de ação das guias deverá garantir afastamentos de segurança, de 0,60 m entre objetos fixos e partes móveis da guia e de 2,00 m à cumeeira da construção. O dispositivo de segurança de rolamento da guia deverá ficar a 1,00 m do final do carril
<ul style="list-style-type: none"> • Zona de depósitos de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Insalubridade • Desorganização • Doenças • Perturbação na circulação 	<ul style="list-style-type: none"> • Deve existir no estaleiro um local destinado ao depósito de resíduos (lixos), situado à distância de instalações de apoio social. Todos os trabalhadores deverão ser informados sobre a existência deste local e deverá ser assegurada a sua informação sobre as regras de utilização (quais os resíduos a colocar, de que forma, etc.) • Deverá haver uma pré-seleção de resíduos em função do material (papel, vidro, metais, plásticos, etc.) e um espaço destinado a lixo indiferenciado • Os resíduos deverão ser regularmente removidos, de preferência diariamente • Não será permitida a queima de resíduos • A utilização de vazadouros, lixeiras e aterros deverá ser previamente autorizada pelas entidades gestoras desses espaços • Os resíduos perigosos deverão ser acondicionados em local próprio e isolado no cumprimento das respetivas regras de segurança, a sua remoção deverá ser realizada por profissionais competentes

<ul style="list-style-type: none"> • Zonas de acessos e circulações 	<ul style="list-style-type: none"> • Colisão • Atropelamento • Queda de nível 	<ul style="list-style-type: none"> • A circulação destinada a veículos deve ser implantada com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagens para peões, corredores, escadas e locais de trabalho • Os portões de acesso não deverão ser comuns a peões • As vias e saídas de emergência estarão sinalizadas, iluminadas e conduzirão diretamente a locais de segurança • Devem ser criados locais destinados ao estacionamento de veículos da obra, de modo a que estes não sejam posicionados aleatoriamente • As circulações no interior do estaleiro deverão obedecer às regras de trânsito de modo a que qualquer motorista ou operador facilmente as identifique
<ul style="list-style-type: none"> • Zona destinada à manutenção e reparação de equip. móveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Perturbação do funcionamento • Incêndio • Poluição • Colisão • Lesões múltiplas 	<ul style="list-style-type: none"> • As operações de manutenção e reparação de equipamentos móveis, a serem realizadas no interior do estaleiro, deverão ser executadas em local próprio • A zona destinada à manutenção e reparação de equipamentos móveis deverá ser plana, possuir órgãos de recolha de resíduos líquidos com retenção de substâncias nocivas e deverá dispor de meios de combate a incêndio • A remoção ou armazenagem de óleos, pneus e outras peças e substâncias deverão ser garantidas • Uso de equipamento de elevação e movimento de cargas
<ul style="list-style-type: none"> • Instalações sociais • Escritórios • Cantinas • Dormitórios 	<ul style="list-style-type: none"> • Incêndio • Eletrocussão • Circulação entre pessoas e veículos • Insalubridade • Queda de nível • Doenças • Incomodidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar extintores de pó químico seco do tipo ABC nos locais mais apropriados • Os funcionários deverão conhecer a compartimentação e as saídas de emergência dos escritórios e as visitas deverão ser acompanhadas por funcionários • No caso de escritórios em contentores metálicos dever-se-á garantir uma resistividade de 20 Ohm na ligação à terra • Dotar os locais nos quais seja permitido fumar com cinzeiros estáveis e incombustíveis • Condições ambientais adequadas, nomeadamente de conforto térmico e acústico em dormitórios e de ventilação em cantinas • Limpeza das instalações (nomeadamente cozinhas) e remoção de lixo periódicas e frequentes • Colocar lava-botas à entrada das instalações • Existência de local próprio e seguro para guarda de bens pessoais • Iluminação de emergência e sinalização foto luminescente • Colocar sinalização a localizar o telefone e colocar próximo e de modo perfeitamente visível a lista de telefones de emergência
<ul style="list-style-type: none"> • Instalações sanitárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Insalubridade • Eletrocussão • Queda de nível 	<ul style="list-style-type: none"> • O estaleiro deverá possuir instalações sanitárias adequadas em função do número de trabalhadores • Limpeza das instalações periódicas e frequentes • Instalação elétrica protegida da água • O pavimento de balneários e zonas de chuveiros deverá ser antiderrapante

2. Operações com riscos especiais

Operação	Risco	Medidas de prevenção
<ul style="list-style-type: none"> • Escavação manual • Escavação mecânica • Execução de trincheiras e abertura de valas 	<ul style="list-style-type: none"> • Soterramento • Queda de nível • Queda em altura • Queda de objetos • Esmagamento • Atropelamento • Lesões múltiplas 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar o talude e as entivações definidos em projeto (eventualmente confrontar o projetista com as condições encontradas no local) • Restringir as circulações de pessoas, nomeadamente na aproximação imprevista às áreas de intervenção das máquinas e em particular na aproximação aos camiões nas operações de carga • Definir caminhos de circulação quer de viaturas quer de pessoas • Utilizar máquinas com proteção do tipo FOPS e ROPS • Não carregar os camiões com elementos que, pela sua instabilidade, possam rolar para além dos taipais • Os taipais verticais devem elevar-se acima da superfície do solo • Sinalizar adequadamente o coroamento dos taludes (preferencialmente com fita plástica a delimitar a zona de trabalho) e impedir sobrecargas nas imediações (garantir afastamento de 0,60 m à bordadura de valas) • “Sanear” o talude sempre que tal seja necessário (preferencialmente por meios mecânicos). No caso de se optar por meios manuais dever-se-á equipar os operários com os E.P.I.’s recomendáveis • Colocar escadas seguras no acesso à zona de escavação (preferencialmente escadas fixas de alumínio com proteções e com afastamento de 15,00 m entre si) e passadiços com guarda-corpos e guarda-cabeças no atravessamento de trincheiras • Na escavação manual deverão ser empregues as ferramentas adequadas e deverão os trabalhadores ser conhecedores das posturas corporais ideais (deverão os trabalhadores posicionar-se de frente para o talude) • Na escavação com recurso a meios mecânicos dever-se-á garantir que os mesmos possuirão indicadores sonoros e luminosos de marcha atrás e que executarão os trabalhos em velocidade moderada e de modo cauteloso • Assegurar a bombagem de águas freáticas e pluviais da base de escavação • Em condições atmosféricas específicas, nomeadamente na ausência de vento considerar a acumulação de gases de queima dos motores
<ul style="list-style-type: none"> • Aterro e compactação 	<ul style="list-style-type: none"> • Esmagamento • Soterramento • Queda de nível • Queda em altura • Intoxicação • Afeções oculares 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar batentes do tipo fim-de-curso junto ao coroamento do talude com uma distância suficiente ao bordo deste • Durante as operações de descarga deverá ser expressamente proibida a permanência no fundo da vala sempre que a altura da prumada da descarga seja superior a 3,00 m ou o espaço livre no fundo da vala seja inferior a 4,00 m • A compactação deverá ser feita, sempre que possível, com máquinas equipadas com cabina FOPS • Sempre que se utilize compactador com manobrador apeado dever-se-á ter uma vigilância permanente sobre o comportamento do talude • Em caso de trabalho noturno dever-se-á assegurar uma iluminação de 50 lux • Dever-se-á garantir que os equipamentos possuirão indicadores sonoros e luminosos de marcha atrás e que executarão os trabalhos em velocidade moderada e de modo cauteloso • Em condições atmosféricas específicas, nomeadamente na presença de vento excessivo considerar a presença de pó fino no ar

<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação de terras 	<ul style="list-style-type: none"> • Atropelamento • Capotamento e colisão • Lesões múltiplas 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e localização das redes enterradas, linhas de água a preservar e delimitação das zonas contaminadas • Manutenção periódica e rigorosa de todo o equipamento (de acordo com as instruções dos fabricantes) • Em manobras difíceis ou realizadas em condições de fraca visibilidade deverá o operador solicitar apoio de um funcionário com função de sinaleiro • Quando em declive, manobrar o veículo com os elementos mecânicos de força e sobrecarga na direção da parte mais alta • Não transportar pessoas fora das plataformas próprias para esse efeito • Não abandonar o posto de condução sem o veículo estar parado, os órgãos hidráulicos em posição estabilizada e os sistemas de segurança e imobilização acionados • Garantir a presença de um extintor de incêndio no interior da cabina • Submeter os condutores a vigilância médica e avaliação psicológica
<ul style="list-style-type: none"> • Receção e remoção de materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Queda em altura • Queda de objetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Na receção de materiais em estaleiro dever-se-á assegurar que se realize uma avaliação adequada sobre o transporte do mesmo, para tal deverão ser previamente consultadas todas as recomendações do fabricante e do transportador • A estrutura da plataforma de receção de materiais deverá ser metálica e a sua estabilidade deverá ser assegurada. Em caso algum se deverá colocar uma carga superior àquela para a qual a plataforma foi dimensionada • Os funcionários que efetuam a operação de receção de materiais em plataformas deverão ser conhecedores da sinalética gestual e ao retirarem os guarda-corpos deverão colocar cintos de segurança presos a elementos estáveis da estrutura • No caso de se utilizar caleira de descarga (recomendável) esta deverá ser vedada para impedir a fuga de materiais, possuir dispositivos de retenção nas extremidades para contenção eficaz da corrente de materiais e barreira amovível nos pontos de descarga, não deverá ter troços retos com uma altura superior a dois andares do edifício e deverá efetuar a descarga final para um contentor recoberto
<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação de cargas pesadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Queda em altura • Queda de objetos • Lesões múltiplas 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo prévio rigoroso que inclua a elevação, o transporte (trajeto e obstáculos, posicionamento, condições climáticas, etc.) e a colocação • Verificação da estabilidade do terreno e dos equipamentos de elevação e transporte, dos ângulos dos estropos, do peso das cargas, da ausência de linhas de eletricidade e do estado de conservação dos acessórios (cabos, lingas, estropos, etc.) • Proibição de permanência sob as cargas suspensas ou nas imediações do transporte em situações perigosas • Movimentação apenas de cargas estabilizadas
<ul style="list-style-type: none"> • Movimentação manual de cargas 	<ul style="list-style-type: none"> • Queda de nível • Lesões múltiplas 	<ul style="list-style-type: none"> • Preferência por meios mecânicos de transporte • Garantir a formação dos trabalhadores sobre posturas corporais ideais • Manter as zonas de movimentação limpas e planas • Tomar precauções especiais no transporte de elementos que condicionem a visibilidade do trajeto

3. Trabalhadores

Função	Medidas de prevenção
<ul style="list-style-type: none"> • Todos os trabalhadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada no estaleiro pela portaria e identificação à chegada e à saída • Desloque-se sempre pelos caminhos de circulação definidos. Não se faça transportar em veículos sem condições de segurança • Exija o equipamento de proteção individual (E.P.I.'s de uso obrigatório ou temporário) adequado aos trabalhos a realizar e em perfeitas condições de funcionamento e exija a colocação das proteções coletivas • Cumpra com a utilização de E.P.I.'s de uso obrigatório • Não faça refeições fora das instalações sociais destinadas a esse efeito. Utilize as instalações sanitárias para as necessidades fisiológicas • Coloque os resíduos sólidos nos contentores apropriados. Coloque resíduos e desperdícios nos pontos de recolha. Mantenha o estaleiro limpo • Tenha especial atenção à segurança de visitantes. No decorrer dos trabalhos pondere na influência que os mesmos possam ter no exterior do estaleiro • Seja conhecedor do plano de estaleiro e em particular do plano de evacuação no caso de emergência • Seja prudente e responsável. Zele pela sua segurança e pela dos demais
<ul style="list-style-type: none"> • Visitantes • Trabalhadores à procura de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegure previamente a organização da sua visita • Não entre no estaleiro sem autorização • Observe as indicações dos responsáveis que os recebam e que os acompanhem no decorrer da visita. Informe-os de alguma condicionante (doença e incapacidade, uso de equipamento de fotografia e telemóvel, etc.) para a visita, que possa ser relevante • Seja prudente e responsável. Zele pela sua segurança e pela dos demais

Anexo II - Comunicação Prévia de Início de Trabalhos

Conforme n.º 2 do Art.º 15º do D.L. 273/2003 de 29 de outubro

1. Endereço completo do estaleiro (Morada, Localidade e Código Postal)
2. Natureza e utilização previstas para a obra
3. Dono da Obra (Designação, Domicílio ou Sede e NIPC)
4. Autor(es) do Projeto (Designação, Domicílio ou Sede)
5. Entidade Executante (Designação, Domicílio ou Sede)
6. Fiscal da Obra (Designação, Domicílio)
7. Coordenador de Segurança em Projeto (Designação, Domicílio)
8. Coordenador Segurança em Obra (Designação, Domicílio)
9. Diretor Técnico da Empreitada (Designação, Domicílio):
10. Representante da Entidade Executante (Designação, Domicílio):
11. Datas previsíveis de início e termo dos trabalhos no Estaleiro:
Início:
Termo:
12. Estimativa do número máximo de trabalhadores por conta de outrem e independentes, presentes em simultâneo no estaleiro, ou do somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores:
13. Estimativa do número de empresas e de trabalhadores independentes a operar no estaleiro:
14. Identificação dos Subempreiteiros já selecionados (Designação):

Em ____ de _____ de 20__

O Dono da Obra

Anexo III - Ficha de desenvolvimento do PSS

Obra: _____ Registo nº _____ Data: ____/____/____

Identificação da Ocorrência:
Nome da pessoa que detetou a ocorrência: _____ Data: _____ Rúbrica _____
Possíveis Causas:

Ação de Correção <input type="checkbox"/> <i>(Ação para eliminar a ocorrência)</i> Ação Corretiva <input type="checkbox"/> <i>(ação para eliminar a causa da ocorrência e impedir a sua recorrência)</i>	Descrição da ação a Implementar: 	
Prazo para implementação	Quem é o Responsável pela Implementação	Data da implementação da ação

Ação de Correção <input type="checkbox"/> <i>(ação para eliminar a ocorrência)</i> Ação Corretiva <input type="checkbox"/> <i>(Ação para eliminar a causa da ocorrência e impedir a sua recorrência)</i>	Descrição da Ação a Implementar: 	
Prazo para implementação	Quem é o Responsável pela Implementação	Data da implementação da Ação

Rúbrica do Coordenador de Segurança e Saúde da Obra _____

Anexo IV - Registo de acidentes de Trabalho

1 - Identificação

Entidade Empregadora / Empreiteiro _____

Nome do Trabalhador _____

Categoria Profissional _____

2 - Acidente

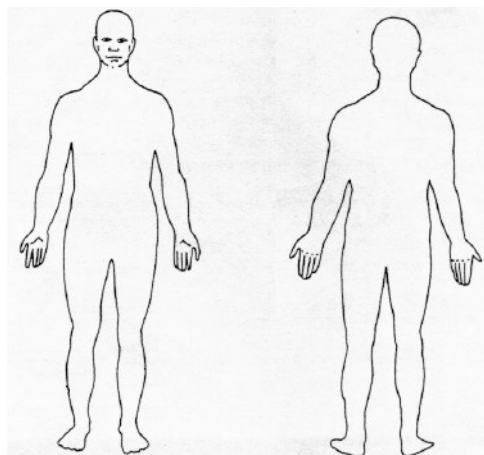
Obra: _____

Frente /Local da Ocorrência _____

Data: _____

Hora: _____

3 - Parte do Corpo Atingida – Assinalar com uma cruz



4 – Tipo de lesão (Colocar uma X)

Amputação/Nucleação		Contusão/Compressão Fratura	
Entorse/Distensão		Corpo Estranho Intoxicação	
Asfixia		Eletização	
Ferida/Laceração		Luxação	

5 – Causa

Ato inseguro		Máquinas	
Calor, Fogo, Explosão		Objetos abandonados	
Eleticidade		Ferramentas	
Outro:			

6 - Como Ocorreu o Acidente (Anexar relatório de acidente)

O Responsável _____ Data ____/____/____ Hora ____:____

Anexo VI – Registo dos trabalhadores afetos à obra

Nome da Empresa ou Trabalhador Independente:
Residência
NIF:
Número de beneficiário da Segurança Social:
Categoria profissional ou profissão
Data de início e do termo previsível do trabalho no estaleiro:

Nome da Empresa ou Trabalhador Independente:
Residência
NIF:
Número de beneficiário da Segurança Social:
Categoria profissional ou profissão
Data de início e do termo previsível do trabalho no estaleiro:

Nome da Empresa ou Trabalhador Independente:
Residência
NIF:
Número de beneficiário da Segurança Social:
Categoria profissional ou profissão
Data de início e do termo previsível do trabalho no estaleiro:

Anexo VII – Registo de subempreiteiros e trabalhadores independentes

Nome da Empresa ou Trabalhador Independente:	Cópia do contrato em anexo: Não: Sim: (se celebrado por escrito)
Residência ou Sede:	
NIF:	
Número de registo/autorização para o exercício de atividade:	
Atividade a efetuar no estaleiro:	Calendarização:
Responsável no estaleiro:	

Nome da Empresa ou Trabalhador Independente:	Cópia do contrato em anexo: Não: Sim: (se celebrado por escrito)
Residência ou Sede:	
NIF:	
Número de registo/autorização para o exercício de atividade:	
Atividade a efetuar no estaleiro:	Calendarização:
Responsável no estaleiro:	

Anexo VIII – Plano de Proteções Individuais

			DISTRIBUIÇÃO DE EPI		Pág. ____/____	
			Dono de Obra:			
			Obra:			
			Empreiteiro:			
Nome do Trabalhador:						
Categoria profissional:						
Ref.	Designação do EPI	Riscos⁽¹⁾	Receção⁽²⁾		Devolução⁽³⁾	
			Data: ____/____/____ Ass.: _____		Data: ____/____/____ Ass.: _____	
			Data: ____/____/____ Ass.: _____		Data: ____/____/____ Ass.: _____	
			Data: ____/____/____ Ass.: _____		Data: ____/____/____ Ass.: _____	
RISCOS A PROTEGER						
1-	Quedas em altura	15 - _____ 16 - _____ 17 - _____ 18 - _____ 19 - _____ 20 - _____				
2-	Quedas ao mesmo nível					
3-	Queda de objetos					
4-	Queda por escorregamento					
5-	Objetos pontiagudos ou cortantes					
6-	Esmagamento do pé					
7-	Torção do pé					
8-	Choque ao nível dos maléolos					
9-	Choque ao nível do metatarso					
10-	Choque ao nível da perna					
11-	Pancadas na cabeça					
12-	Estilhaços					
13-	Entalamentos					
14-	Eletrocussão					

DECLARAÇÃO

Declaro que recebi os equipamentos de Proteção Individual acima mencionados, comprometendo-me a utilizá-los corretamente de acordo com as instruções recebidas, a conservá-los e mantê-los em bom estado e a participar todas as avarias ou deficiências de que tenha conhecimento.

Data: ____/____/____

Ass.: _____

Anexo IX – Plano de Registo de Acidentes

REGISTO DE ACIDENTE DE TRABALHO		
Obra: _____		
Entidade Empregadora: _____		
Companhia de Seguros: _____		Apólice nº: _____
Dados do Sinistrado:		
Nome: _____		Nº telf: _____
Morada: _____		
Estado Civil: _____		Categoria Profissional: _____
Idade: _____		Sexo: _____
Data de admissão ao serviço ____/____/____		
Dados do Acidente:		
Data: ____/____/____ Hora: ____ : ____		
Nº sinistrados: ____ Nomes: _____		
Testemunhas: _____		
Local do acidente: _____		
Local do Acidente:		
Domicílio – Trabalho ____	Trabalho – Domicílio ____	Outro ____ (_____)
Dentro do estaleiro ____	Fora do estaleiro ____	
Breve descrição do acidente: _____		

Destino Sinistrado:		
Data: ____/____/____ Hora: ____ : ____		
Posto Médico / Hospital: _____		
Causa do Acidente:		
Atropelamento ____	Contacto com energia elétrica ____	Queda em altura
Capotamento ____	Contacto com substâncias nocivas/radiações ____	Queda ao mesmo nível ____
Colisão de veículos ____	Choque com objetos ____	Queda de objetos ____
Esmagamento ____	Esforço físico excessivo ____	Soterramento
Outro _____		
Tipo de lesão:		
Amputação ____	Distensão ____	Ferida/Golpe ____
Queimadura ____	Eletrocussão ____	Fratura ____
Asfixia ____	Entorse ____	Lesões múltiplas ____
Traumatismo ____	Concussão / Lesões internas ____	Outro
Contusão ____	Esmagamento ____	Luxação ____
Parte do corpo atingida		
Cabeça, excepto olhos ____	Membros superiores, excepto braços, mãos e dedos ____	Perna(s)
Queimadura ____	Braço(s) ____	
Pé(s), excepto dedos ____	Mão(s) ____	
Olho(s) ____	Dedo(s) do pé ____	
Tronco, excepto coluna ____	Dedo(s) da mão ____	
Localizações múltiplas _____		

Coluna ____	Membros inferiores, excepto pernas, pés e dedos
Outro ____	
Consequências do Acidente: Sem incapacidade: ____ Com incapacidade temporária – Regresso ao trabalho em : ____/ ____/ ____ Incapacidade permanente: ____% Morte: ____	
Observações: _____ _____	

Responsável pela Segurança:	Diretor de Obra:	Encarregado:
Ass.: _____	Ass.: _____	Ass.: _____

Anexo X – Documentos

(Os anexos deverão seguir a ordem a seguir apresentada e deverão ser acrescentados aos anteriores)

- I** – Comunicação Prévia
- II** – Horário de trabalho
- III** – Registos de seguros
- IV** – Plano de trabalhos
- V** – Fichas de métodos e processos construtivos
- VI** – Plano de estaleiro
- VII** – Fichas de riscos especiais
- VIII** – Fichas de condicionalismos
- IX** – Fichas de medidas de proteção coletiva
- X** – Fichas de utilização e controlo de equipamento
- XI** – Fichas de procedimentos de inspeção e prevenção
- XII** – Registos de inspeção e prevenção
- XIII** – Registos de não-conformidades e ações corretivas / preventivas
- XIV** – Fichas do plano de Saúde dos trabalhadores
- XV** – Registos de acidentes de trabalho
- XVI** – Registos de índices de sinistralidade
- XVII** – Plano de formação e informação dos trabalhadores
- XVIII** – Plano de visitantes
- XIX** – Plano de emergência
- XX** – Registo de assinaturas e rubricas